

PARTICIPAÇÃO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CURITIBA-PR

Rhuan Carlos Borges¹; Maria Luísa Carvalho²

RESUMO: O presente estudo teve por objetivo identificar e analisar potencialidades e limitadores da participação popular nos espaços articulação política e de discussão de políticas públicas de Economia Solidária em Curitiba-PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados envolveu observação participante e pesquisa documental referentes ao Fórum de Economia Solidária de Curitiba (outubro de 2023 a agosto de 2024) e a III Conferência Municipal de Economia Solidária de Curitiba (2024). Por meio da análise de conteúdo, os dados foram organizados em duas categorias: potencialidades e limitações da participação popular na construção de políticas públicas de Ecosol em Curitiba. Os resultados indicaram que a participação popular é essencial para garantir a legitimidade e a eficácia das políticas públicas direcionadas à economia solidária. A interação entre diferentes atores sociais nesses ambientes de construção coletiva possibilita o fortalecimento do movimento da economia solidária e contribui para a criação de políticas que sejam mais coerentes às necessidades reais e específicas dos trabalhadores(as). Além disso, notou-se que esses espaços, embora destinados a aproximar o poder público da sociedade, podem, na prática, apresentar desafios como a desigualdade de acesso e a disparidade de voz entre os participantes, uma vez que a linguagem e os termos técnicos utilizados por alguns agentes públicos, podem não ser acessíveis a todos os grupos sociais. O estudo conclui que a ampliação e o fortalecimento desses espaços de participação são fundamentais para assegurar que as decisões políticas reflitam de maneira mais fiel às demandas da população. Assim, a participação popular não apenas contribui para a promoção de uma maior justiça social, mas também se mostra, conseqüentemente, como um elemento essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e democrática.

Palavras-chave: Participação Popular; Economia Solidária; Democracia Participativa.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a Economia Solidária (Ecosol) surgiu como uma resposta às crises sociais e econômicas intensificadas pelas políticas neoliberais das décadas de 1980 e 1990. Por meio da articulação de movimentos sociais, sindicatos, setores progressistas da igreja católica, universidades públicas e trabalhadores/as desempregados/precarizados criou-se atividades econômicas (ex. cooperativas, associações, clubes de troca, bancos comunitários), pautadas na autogestão, cooperação e solidariedade como alternativas ao

¹ Graduando em Arquitetura e Urbanismo na UTFPR (Curitiba), Programa de Extensão “Tecsol - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (Curitiba), rhuanborges@alunos.utfpr.edu.br

² Doutora em Psicologia (PUCRS), Programa de Extensão “Tecsol - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR (Curitiba), UTFPR, mluisacarvalho@utfpr.edu.br

modelo econômico vigente. A partir da década de 2000, no Brasil, a Ecosol foi marcada pela mobilização, convergência e unidade de seus/suas atores/atrizes (empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento; gestores públicos), resultando nas primeiras políticas públicas de alcance nacional (SCHIOCHET, 2009). Para a Ecosol, o papel das políticas públicas é o de vetor de sustentação e expansão do movimento. Singer (2002) e Gaiger (2003) afirmam que o apoio estatal é imprescindível para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários (EES), desde a facilitação do acesso ao crédito até a implementação de marcos regulatórios que legitimem essas iniciativas.

A participação popular no processo de formulação de políticas públicas é um elemento central para a consolidação de práticas democráticas e a promoção de políticas mais inclusivas e eficazes. No Brasil, esse mecanismo se consolidou a partir da Constituição de 1988 que ampliou os canais de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, fortalecendo a ideia de que a cidadania ativa. O processo de participação popular para construção de políticas públicas pode acontecer em Fóruns, Conselhos e Conferências que se configuram como espaços de diálogo e a construção coletiva dessas políticas (AVRITZER, 2002). Porém, Laville (2015) e Mendonça (2019) indicam que, na Ecosol, a participação popular nesses espaços enfrenta desafios e limitadores significativos, incluindo a desigualdade de acesso, a disparidade de voz entre os participantes e o uso de uma linguagem técnica que pode dificultar a plena compreensão dos debates por parte de determinados grupos sociais.

Diante desse cenário, este estudo teve por objetivo identificar e analisar potencialidades e limitadores da participação popular nos espaços articulação política e de discussão de políticas públicas de Economia Solidária em Curitiba-PR.

2- METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, que envolveu observação participante e pesquisa documental. A observação participante foi realizada nas reuniões do Forum Municipal de Economia Solidária de Curitiba (de agora em diante denominado Fórum Ecosol CT) (outubro de 2023 a agosto de 2024) e na III Conferência Municipal de Economia Solidária de Curitiba (de agora em diante denominada III Conferência Ecosol CT)

(junho 2024), nas quais o pesquisador/bolsista participou como representante da Tecsol - Incubadora de Economia Solidária da UTFPR-CT. A pesquisa documental, incluiu a leitura de 10 atas de reuniões do Fórum Ecosol CT (outubro de 2023 a agosto de 2024), do Relatório final da III Conferência de Ecosol CT e da Lei Municipal nº 14.786/2016 (Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária de Curitiba). Os dados coletados foram organizados em categorias permitindo uma compreensão aprofundada da participação popular no desenvolvimento das políticas públicas no contexto de Curitiba, nos espaços investigados. Os dados foram organizados em duas categorias (BARDIN, 1977), conforme o objetivo do estudo: potencialidades e limitações da participação popular no Fórum Ecosol CT e na III Conferência Ecosol CT para construção de políticas públicas de Ecosol em Curitiba. A análise foi embasada também no referencial teórico sobre a temática.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Fórum Ecosol CT foi criado em fevereiro de 2016. Porém, a articulação do movimento já existia, pois em julho de 2013 foi realizada a 1ª Conferência Municipal da Economia Popular e Solidária de Curitiba e, em 2016, via participação e articulação popular foi aprovada a Lei de Economia Solidária de Curitiba (Lei municipal 14.786/2016). Porém, com o desmonte das Políticas Públicas federais de Ecosol (2018-202) e o período de isolamento social (pandemia de Covid-19), ocorreu uma desarticulação do fórum. A partir de março de 2023, as reuniões foram reiniciadas por iniciativa da Rede Mandala (Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade) e do CEFURIA (Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo).

Em relação às do Fórum de Ecosol CT abordadas nesta pesquisa, houve um período crescente de participação (outubro 2023 a março de 2024), seguido por grandes oscilações desde então (Tabela 1). Assim, já se percebe um fator limitante para participação popular que é oscilação e baixo número de presentes em algumas reuniões.

Tabela 1 – Número de participantes do Fórum Municipal de Ecosol Curitiba

MÊS	NÚMERO DE PARTICIPANTES PRESENTES
Outubro	10
Novembro	13

Dezembro	18
Janeiro	(não houve reunião)
Fevereiro	19
Março	28
Abril	9
Maiο	13
Junho	8
Julho	17
Agosto	19

Fonte: Livro Ata - Fórum Municipal de Economia Solidária de Curitiba.

Além dos fatores anteriormente citados, tanto no fórum quanto na conferência, há uma disparidade de voz entre os atores envolvidos, com lideranças e agentes públicos exercendo maior influência, enquanto trabalhadores(as) com menos experiência política enfrentam dificuldades para se expressar de forma equitativa.

Outra limitação identificada foi o uso de linguagem técnica, com termos e jargões utilizados por agentes públicos, o que pode dificultar o engajamento pleno de trabalhadores(as) com menor nível de escolaridade ou experiência em discussões públicas. Essas percepções estão em concordância com Laville (2015) e Mendonça (2019), que apontam para a necessidade de fortalecer os mecanismos de participação popular, garantindo um processo mais inclusivo e democrático na formulação de políticas públicas voltadas à Economia Solidária.

Figura 1 – Autores na III Conferência Municipal de Ecosol de Curitiba (2024)



Fonte: Acervo próprio (2024).

Figura 2 – Reunião do Fórum Municipal de Curitiba



Fonte: Câmara Municipal de Curitiba (2024).

No entanto, a pesquisa também identificou importantes limitações. A desigualdade de acesso aos espaços de participação, marcada por fatores como escolaridade, localização geográfica e condição socioeconômica, cria barreiras que resultam na sub-representação de determinados segmentos da sociedade nos processos de tomada de decisão. O Fórum Municipal, que acontece de forma presencial na região central de Curitiba, por exemplo, é notável que a participação é insuficiente em termos de números de empreendimentos versus representantes presentes no fórum.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, conclui-se que a participação popular é fundamental para a formulação de políticas públicas voltadas à Ecosol, conferindo maior legitimidade e representatividade a essas iniciativas. No entanto, persistem desafios, como a desigualdade de acesso e a disparidade de voz entre os atores sociais, que limitam a efetividade dessa participação. Assim, é imperativo que os espaços de construção coletiva sejam fortalecidos e ampliados, garantindo a inclusão de todos os grupos sociais e contribuindo para uma governança mais democrática e justa. Almeja-se que a presente pesquisa, embora exploratória, possa contribuir para criação de ações de fortalecimento das potencialidades e atenuação/eliminação dos limitadores da participação popular nos espaços de articulação política da Ecosol em Curitiba.

AGRADECIMENTOS

Ao programa de extensão TECSOL por me apresentar na teoria e na prática o movimento da Ecosol, proporcionando-me vivências ricas para minha formação. Ao Movimento da Economia Solidária (trabalhadores e trabalhadoras) por me proporcionar vivências que muito contarão para minha formação pessoal e profissional. À Universidade Tecnológica Federal do Paraná pela bolsa de extensão e por oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade. A Deus, por tudo.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. *Ética e política no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

CURITIBA. Lei Ordinária n.º 14.786, de 21 de março de 2016. Institui a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária e cria o Conselho Municipal de Economia Popular Solidária. Leis Municipais, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2016/1479/14786/lei-ordinaria-n-14786-2016-institui-a-politica-municipal-de-fomento-a-economia-popular-solidaria-e-cria-o-conselho-municipal-de-economia-popular-solidaria>. Acesso em: 16 set. 2024.

LAVILLE, J.-L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

MENDONÇA, M. C. *Participação popular e desafios da gestão pública: o papel das conferências de economia solidária no Brasil*. *Cadernos de Administração Pública*, 21(3), 123-138, 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Curitiba cria Fórum Municipal de Economia Solidária. JusBrasil, 2016. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/curitiba-cria-forum-municipal-de-economia-solidaria/431204006>. Acesso em: 17 set. 2024.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.